

Arrecadação cresce e Fórum solicita nova negociação com o Cruesp

Números que embasaram discussão salarial na data-base foram superados

Após surpreender nos meses de junho e julho, superando as previsões da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de SP (Sefaz), a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) repetiu a dose pelo terceiro mês seguido. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o montante da quota-parte do estado (ICMS-QPE) em agosto/2026 teve um crescimento nominal de 13,32%, atingindo R\$ 15,980 bilhões, bem acima do previsto pela Sefaz (R\$ 15,239 bi).

O acumulado de janeiro a agosto/2026 cresceu nominalmente 7,93% se comparado a igual período de 2025.

O quadro mostra a arrecadação prevista e a realizada nos oito primeiros meses deste ano.

Arrecadação do ICMS (jan/ago 2026)

Mês	ICMS previsto (em R\$ bilhões)	ICMS concretizado (em R\$ bilhões)
JAN	14,774.194.046	14,437.953.936
FEV	14,167.193.030	14,123.264.603
MAR	14,412.291.180	14,568.760.293
ABR	15,576.380.543	14,989.053.381
MAI	15,077.741.828	14,771.015.111
JUN	15,240.684.180	16,016.683.669
JUL	15,752.281.467	16,349.186.462
AGO	15,239.210.331	15,980.861.857

Fonte: Planilha Cruesp

Obs.: Os números de agosto foram extraídos do site da Secretaria da Fazenda do estado de SP em 11/9/2026.

Valores relativos à quota-parte do estado na arrecadação (ICMS-QPE), que corresponde a 75% do total (os outros 25% vão para os municípios)

O aumento expressivo na arrecadação foi o tema central da reunião do Fórum das Seis com os técnicos das universidades em 9/9. Indagados sobre como avaliam o novo cenário, eles disseram que não veem sinais de crescimento na atividade econômica e que a elevação nos valores, ao que tudo indica, seria decorrência de medidas de combate à sonegação. Ou seja, empresas que vinham sonegando passaram a recolher regularmente seus impostos. Seria, na avaliação dos técnicos, um crescimento “sazonal”.

O uso da expressão “sazonal” gerou controvérsia. Para os representantes do



A reunião técnica entre Fórum e Cruesp, em 9/9

Fórum, ainda que o aumento seja produto de combate à sonegação, os valores arrecadados são resultantes da atividade econômica (produção e venda) e passam a constituir um novo patamar de arrecadação a partir de agora. Em outras palavras, as empresas que começaram a recolher impostos corretamente continuarão a fazê-lo no mesmo nível daqui para frente. Não se trata de um fenômeno que exiba características de excepcionalidade e, portanto, não se aplica a ele o termo “sazonal”.

As razões para o combate à sonegação, segundo avaliação consensual entre as partes, podem estar calcadas em vários fatores, entre eles o momento eleitoral e as denúncias feitas pelo Ministério Público de SP contra ex-auditores fiscais e empresários envolvidos em um esquema de corrupção e fraudes em créditos de ICMS na Sefaz.

Números rebaixados deram o tom na data-base

Durante a data-base deste ano, as previsões pessimistas defendidas pelos técnicos e acatadas pelos reitores compuseram o pano de fundo nas negociações. Eles davam como certo que a previsão da Sefaz para 2026 (R\$ 187,1 bi) não se concretizaria e, na melhor das hipóteses, bateria em R\$

185,4 bi. Neste cenário, após várias reuniões entre Fórum e Cruesp, chegamos ao reajuste salarial de 3,92% em maio/2026, aquém da inflação medida pelo IPCA para os 12 meses anteriores, que havia sido de 4,39%, e longe do total necessário para recuperarmos o poder de compra de maio/2012 (naquele momento, em torno de 16%).

Fórum solicita reunião com o Cruesp

Na reunião de 9/9, os técnicos das universidades informaram que, à luz dos novos números, as universidades passam a trabalhar agora com uma perspectiva de que os R\$ 187,1 bi vão se concretizar. Na avaliação do Fórum das Seis, há uma possibilidade real de que esse número seja superado.

Nova reunião técnica ficou definida para o final de outubro. Até lá, é provável que a Sefaz divulgue novas previsões para o último quadrimestre do ano. Além disso, já saberemos quais valores constarão no projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2027, que o governo enviará à Assembleia Legislativa até final de setembro.

O Fórum das Seis já enviou ofício ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), solicitando o agendamento de reunião para “uma avaliação conjunta e atualizada dos dados relativos à arrecadação do ICMS e ao orçamento das universidades, além de questões ligadas ao financiamento das instituições”.

Reforma tributária e financiamento

Após aclamação no CO da Unesp, expectativa é que manifesto em defesa da RTL como nova base de cálculo seja aprovado na USP e na Unicamp

No dia 27/8/2026, o Conselho Universitário (CO) da Unesp aprovou, por aclamação, manifesto elaborado pelo Fórum das Seis e defendido por representantes da Adunesp e do Sintunesp no colegiado. O texto propõe que o novo modelo de financiamento para as universidades estaduais paulistas tome por base a Receita Tributária Líquida (RTL) do estado. Desde 1989, estas instituições vêm sendo mantidas com um percentual do ICMS-QPE (atualmente, em 9,57%), mas este imposto será gradualmente extinto, por conta da reforma tributária.

A defesa da RTL como novo parâmetro é consensual entre o Fórum das Seis e o Cruesp e, portanto, as manifestações de apoio dos conselhos universitários, órgãos máximos das universidades, são esperadas, pois certamente vão conferir peso político significativo ao pleito.

O manifesto ressalta que, “em que pese a necessidade de eventuais aprimoramentos” no modelo atual de financiamento, especialmente em relação aos montantes repassados às universidades, “não restam dúvidas de que oscilações e/ou incertezas quanto à sua sustentabilidade financeira poderão produzir prejuízos irreparáveis e irrecuperáveis non sistema superior paulista.”

Audiência com Vahan

Em ofício enviado em 8/9, o Fórum das Seis solicita audiência com o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de (SP), o ex-reitor da USP Vahan Agopyan. O objetivo é tratar de questões relativas ao impacto da reforma tributária no financiamento das universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza.

GT entre Fórum e Cruesp

Em ofício datado de 10/9, mais uma vez o Fórum das Seis reitera ao Cruesp a solicitação de agendamento da primeira reunião do grupo de trabalho (GT) sobre Reforma Tributária e Financiamento entre as partes, criado pela **Portaria Cruesp nº 4/2026**, de 27/3/2026, publicada na edição de 31/3/2026 no Diário Oficial paulista.

“Consideramos que é imperioso que o Fórum das Seis e o Cruesp construam suas ações para garantir o financiamento das universidades públicas paulistas a partir de referenciais comuns e propostas convergentes, fato este reconhecido também pelas respectivas assessorias econômicas das três universidades”, diz um trecho do documento, em referência à reunião técnica de 9/9/2026.

“Integralidade e paridade para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias”

Esse é o título do artigo escrito pelo professor César Minto (Adusp), que fala sobre a proposta de emenda constitucional (PEC) 14/2021, já aprovada pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, e que devolve a integralidade e a paridade dos benefícios previdenciários a agentes comunitários de saúde (ACS), agentes de combate a epidemias (ACE) e agentes indígenas de saneamento e saúde.

Além da defesa da promulgação da emenda constitucional (EC), última etapa necessária na tramitação legislativa, a importância do artigo está no fato de chamar a atenção para o importante precedente que estará aberto para que a integralidade e a paridade, que deixaram de ser regra para o funcionalismo público na reforma da Previdência de 2003, voltem a ser discutidas.

Confira em <https://tinyurl.com/ParInteg>



Andes-SN lança documentário sobre importância da educação e ciência em 16/9

O Andes-Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior vai lançar, em 16/9, o documentário “Educação e Ciência por um Brasil que dá certo”. O filme, que tem duração de 25 minutos, será exibido em evento na Casa de Cultura Japonesa, na Av. Professor Lineu Prestes, 159, campus USP/Butantã, às 17h.

A obra é uma iniciativa da campanha “Lutar não é crime!”, para combater os ataques ideológicos e orçamentários à educação superior e à ciência públicas e para reforçar o papel fundamental de ambas na transformação da realidade no país.

Na divulgação do evento, o Andes-SN destaca que mais de 95% da produção científica brasileira provém das universidades públicas. Segundo o

Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi), quatro das seis maiores requisitantes de patentes no país são universidades públicas.

A presença de estudantes negros e negras nas universidades públicas brasileiras cresceu mais de 22% nos últimos 20 anos, chegando a 51,2% do total de matrículas. Atualmente, 64,7% dos estudantes das universidades públicas vieram, integral ou majoritariamente, de escolas públicas; 70,1% dos estudantes pertencem a famílias com renda mensal per

capita de até 1,5 salário-mínimo.

Pesquisas do IBGE mostram que a taxa de emprego informal é 45% menor entre pessoas com ensino superior completo, em comparação com quem cursou apenas o ensino médio. Trabalhadoras e trabalhadores com ensino superior ganham, em média, 148% mais do que aquelas e aqueles com apenas ensino médio.

Os dados demonstram o que o documentário reforça: a educação e a ciência públicas são fundamentais para o Brasil dar certo.

